

VEGA PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ 21.363.480/0001-25 - NIRE 43.300.057.755

Relatório da Administração - Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos apresentar a V.Sras o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Porto Alegre/RS, 27 de janeiro de 2025. A Administração. Demonstrações Financeiras Individual e consolidadas dos exercícios findos em 2023 e 2022 (Em milhares de reais). As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Table with columns: Balanço Patrimonial - (Em milhares de reais), Demonstrações do Fluxo de Caixa - (Em milhares de reais), Demonstrações dos Resultados - (Em milhares de reais). Rows include Circulante, Não circulante, Passivo, and Patrimônio líquido.

Table with columns: Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - (Em milhares de reais). Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2021, Saldos em 31 de dezembro de 2022, and Saldos em 31 de dezembro de 2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional - Objeto social: A Companhia Vega Participações S.A., foi constituída em 03/09/2014, sob o CNPJ 21.363.480/0001-25 e teve seu contrato social registrado na MM Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, sob nº. 43.300.057.755 em 06/11/2014, tendo como objetivo social a participação em outras empresas localizadas no território nacional e no exterior; a gestão de empresas do mesmo grupo; gestão e administração de propriedade imobiliária; realização de empreendimentos imobiliários. A sede da Companhia está localizada na avenida Luiz Manoel Gonzaga Nº 111, Apto. 1701 - Bairro Petrópolis - Porto Alegre/RS. 2. Apresentação das demonstrações financeiras - 2.1. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC - de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro "International Financial Reporting Standards - IFRS" emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023. A Companhia está apresentando neste conjunto de demonstrações financeiras, o último exercício comparativo, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, para permitir ampla comparabilidade de suas informações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. 2.2. Demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas diretas e indiretas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida: Empresa Futura Insusmos Agrícolas LTDA. 99,98%, Sementes Estrela Com. Imp. Exp. LTDA. 99,98%, Sargos Agrícola LTDA. 99,35%, Aerotecv Participações e Locações LTDA. 20,00%. Essas empresas foram criadas e adquiridas com a finalidade de complementar e suportar as atividades principais da Companhia. Principais características das controladas: Futura Insusmos Agrícolas LTDA: localizada em Erechim, no estado do Rio Grande do Sul, é caracterizada como atividade principal o comércio varejista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos agrícolas e sementes. Sementes Estrela Comércio Importação e Exportação LTDA: localizada em Erechim, no estado do Rio Grande do Sul, tem como atividade principal a produção de sementes de soja e trigo, comércio, importação e exportação de sementes e cereais em geral, defensivos, corretivos e fertilizantes agrícolas; depósito de produtos, mercadorias e cereais de propriedade da empresa e de terceiros. Sargos Agrícola LTDA: localizada em Jacutinga, no estado do Rio Grande do Sul, é atuante no mercado de produção de sementes certificadas e não certificadas, beneficiamento, industrialização, seleção, classificação, limpeza e secagem de soja, trigo, milho, e outros cereais, e demais atividades de apoio à agricultura. Aerotecv Participações e Locação LTDA: localizada em Erechim, no estado do Rio Grande do Sul, possui como atividade principal a locação de aeronaves sem tripulação, prestando serviços de viagens aéreas à Empresa e partes relacionadas. Descrição dos principais procedimentos de consolidação: Eliminação dos saldos das contas de ativos, passivos entre as empresas consolidadas; Eliminação das transações entre as empresas do grupo; Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das empresas controladas; Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas demonstrações contábeis consolidadas; As empresas controladas em conjunto são avaliadas por equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais da controladora e consolidadas proporcionalmente nas demonstrações contábeis consolidadas. 2.3. Conversão de saldos em moeda estrangeira: As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na Demonstração do Resultado. 2.4. Caixa, equivalentes de caixa: Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até três meses das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". 2.5. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decorrer normal de suas atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"). As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base em seus históricos, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas esperadas na realização dos créditos. Para os demais títulos vencidos e a vencer relacionados a clientes com risco verificado, é efetuada uma análise individualmente e a Administração mantém os procedimentos de cobrança e provisão quando pertinentes. 2.6. Impostos a recuperar: Estão demonstrados por valores originais acrescidos de atualização monetária e classificados de acordo com o prazo e expectativa legal de recuperação de cada crédito fiscal. 2.7. Estoques: Avaliação dos estoques das Controladas: Os estoques de insumos e fertilizantes, embalagens e sacarias estão avaliados ao custo médio de aquisição. Os adiantamentos aos fornecedores e as compras para recebimento futuro de insumos e fertilizantes estão contabilizadas ao custo pago. Os estoques de grãos e grãos destinados a sementes estão demonstrados ao valor de mercado e a variação reconhecida no resultado financeiro. 2.8. Investimentos: Os investimentos nas sociedades controladas estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial e tiveram seus valores ajustados de acordo com os preceitos da lei 11.638/07 refletindo os ajustes das investidas. 2.9. Ativo imobilizado: Os bens do ativo imobilizado estão escriturados pelo custo de aquisição e/ou construção e deduzidos da depreciação acumulada e foram ajustados pela revisão do custo atribuído, de acordo com a Interpretação Técnica ICP 10 (IFRS 1). As contrapartidas desses ajustes estão devidamente escrituradas na conta de "ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, com os impostos diferidos reconhecidos no passivo não circulante. As contrapartidas desses ajustes estão devidamente escrituradas na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizado em andamento). Os terrenos não sofrem depreciação. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O Ativo Imobilizado é composto das seguintes contas: Taxa anual de depreciação: Beneficiários de imóveis, móveis - 4%; Veículos - 20%; Máquinas e aparelhos, móveis e intangíveis - 10% a 20%; Outros ativos - 10% a 20%. 2.10. Ativo intangível: Aos bens do ativo intangível são registrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não devem ser amortizados. A Companhia testa a perda de valor desses ativos comparando o seu valor recuperável com o seu valor contábil, de acordo com orientação CPC 04 Item 107. 2.11. Direito de uso em arrendamentos: A administração reconhece o ativo direito de uso e o passivo de arrendamento na data de assinatura de seus contratos ao valor fixo de mensuração. O reconhecimento do passivo de arrendamento refere-se aos pagamentos futuros de aluguéis líquidos e ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de desconto praticada por elas. As Controladas possuem arrendamentos firmados que são utilizados para a operação. A mensuração corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais foram considerados as renovatórias de acordo com o histórico de renovações. Ativos de direito de uso: As Controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, as Controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, as Controladas utilizam suas taxas de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. 2.12. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores, são obrigações pela aquisição de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. As contas a pagar referente a compra de commodities agrícolas com preço a fixar ("fornecedores a fixar de commodities"), inicialmente são registradas pelo custo de aquisição e, subsequentemente, mensuradas pelo valor justo. O valor justo dessas contas a pagar afetadas à variação do preço das commodities é ajustado pela cotação da commodity no mercado físico, em contrapartida resultado financeiro. 2.13. Empréstimos e financiamentos: Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que as Controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. 2.14. Provisões para riscos: Geral: As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou constituída) em virtude de eventos passados, é provável que seja necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Quando se espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro ou por outro meio, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas: Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e administrativos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. Tendo por base a natureza das ações nas quais está envolvida, e sustentada pela opinião de seus assessores jurídicos, divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perdas possíveis e prováveis. Para as ações possíveis não são constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37). 2.15. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os demais ativos e passivos, classificados em circulante e não circulante obedecem ao prazo de realização ou de exigibilidade. Esses demais ativos e passivos estão apresentados pelo valor de custo ou realização e por valores conhecidos e calculáveis, respectivamente, incluindo quando aplicável os rendimentos, encargos e variações monetárias e cambiais. 2.16. Instrumentos financeiros: A Companhia possui ativos e passivos financeiros derivativos e não derivativos. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial

Continua >>>